

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.644.186 - SP (2019/0384224-0)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
PROCURADOR : CIBELE MOSNA ESTEVES E OUTRO(S) - SP131507
AGRAVADO : ZENICHI KAWABATA
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado pelo MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

APELAÇÃO - EXECUÇÃO FISCAL - MULTAS DO EXERCÍCIO DE 2005 E ISSQN (CONCERTO MANUT CONSERV EXCETO DE EQUIP INFORMÁTICA) DOS EXERCÍCIOS DE 2003 A 2005 - SENTENÇA QUE RECONHECEU DE OFÍCIO A NULIDADE DAS CDAS E EXTINGUIU A AÇÃO - INCONFORMISMO FAZENDÁRIO IMPROCEDENTE - NULIDADE DAS CDAS EM DECORRÊNCIA DO NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS (ART 202 III DO CTN E ART 2 §5º III DA LEI Nº 6830/1980) - AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL ESPECÍFICA DOS TRIBUTOS - EXERCÍCIO DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA PREJUDICADO VÍCIO QUE AFETA O PRÓPRIO LANÇAMENTO E/OU A INSCRIÇÃO - IMPOSSIBILIDADE DE SUBSTITUIÇÃO DAS CDAS - NULIDADE DOS TÍTULOS EXECUTIVOS RECONHECIDA SENTENÇA MANTIDA - RECURSO NÃO PROVIDO.

Alega violação do art. 2º, § 8º, da Lei n. 6.830/1980, no que concerne à prematuridade da extinção da execução em razão da possibilidade de substituição ou emenda de Certidão de Dívida Ativa (CDA) até a decisão de primeira instância, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

O v. Acórdão negou a possibilidade de emenda/substituição dos títulos executivos, contrariando, assim, o art. 2º, § 8º, Lei Federal nº 6830/80, no qual expressamente e claramente normatiza que "até a decisão de primeira instância, a Certidão de Dívida Ativa poderá ser emendada ou substituída" (fl. 133).

É o relatório. Decido.

Na espécie, o acórdão recorrido assim decidiu:

Na hipótese vertente, as CDA's em apreço discriminam os lançamentos como sendo "Rubrica' 7040-denominação- Multas Sobre Impostos Mobiliários — e ISSQN - ' Rubrica' 1521 - denominação - conserto, manut, conserv. exceto de equip.informática - todavia, a descrição do débito está confusa impossibilitando saber o que exatamente está sendo cobrado, necessitando utilizar-se de deduções para que o contribuinte possa se defender, denotando-se que não há nos títulos executivos a correta indicação legal que embasa a cobrança.

Além de não constar qualquer fundamento legal da dívida, tampouco a indicação da data de vencimento das parcelas dos tributos, as certidões ativas não especificam corretamente o tipo de dívida fiscal sobre a qual incide a cobrança para que o contribuinte possa exercer seu direito de ampla defesa e contraditório (fls. 118 e 119).

Aplicável, portanto, o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que as razões recursais delineadas no especial estão dissociadas dos fundamentos utilizados no aresto impugnado, tendo em vista que a parte recorrente não impugnou, de forma específica, os seus fundamentos, o que atrai a aplicação, por conseguinte, do referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido, esta Corte Superior de Justiça já se manifestou na linha de que, “não atacado o fundamento do aresto recorrido, evidente deficiência nas razões do apelo nobre, o que inviabiliza a sua análise por este Sodalício, ante o óbice do Enunciado n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal” (AgRg no AREsp n. 1.200.796/PE, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 24/8/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: REsp n. 1.682.077/RS, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 11/10/2017; AgInt no AREsp n. 734.966/MG, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 4/10/2016; AgRg nos EDcl no REsp n. 1.477.669/SC, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 2/5/2018; e AgRg no AREsp n. 673.955/BA, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 8/3/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente